DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

ASSAÍ, REDE ALIMENTAR DE MAIOR PRESENÇA ENTRE OS LARES BRASILEIROS.*

Faturamento de R$ 73 bilhões, um crescimento de 22% em relação a 2022;

27 lojas inauguradas em 2023, fechando o ano com 288 em operação;

Investimento de cerca de R$ 5 bilhões em 2023;

Um dos maiores empregadores privados do país com mais de 80 mil funcionários;

Selo *Great Place to Work*: pelo segundo ano consecutivo entre as melhores empresas para se trabalhar.

Confira nossos resultados financeiros de 2023:

*Fonte: NielsenIQ Homescan 2023

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:30:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM
ASAI NYSE LISTED

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A combinação da força da marca Assaí, experiência de compras em constante evolução, sucesso da expansão e da estratégia comercial proporcionou o atingimento de resultados consistentes, ganhos de *market share* e crescimento da rentabilidade. Em 2023, em meio ao cenário macroeconômico marcado por deflação e pressão no poder de compra da população, comprovamos, mais uma vez, que temos uma proposta de valor vencedora.

Esse fato foi comprovado em um dos momentos mais marcantes do ano, com o reconhecimento do Assaí como a rede alimentar com maior presença nos domicílios brasileiros, presente em um de cada quatro lares, conquista inédita no setor de *Cash & Carry*. Fomos ainda a marca mais lembrada do setor no prêmio *Top of Mind*, da Folha de S.Paulo e no Marcas Mais, do Estadão.

Conquistas como essas comprovam o propósito em levar alimentos de qualidade a preço baixo à população brasileira e a efetividade da evolução do nosso modelo de negócios, que segue sendo constantemente aprimorado sem impactos na essência do modelo de Atacarejo - a estrutura de baixos custos. Reforçam também o objetivo de continuar gerando renda e empregos no país - somos um dos maiores empregadores privados do país com mais de 80 mil colaboradores(as).

Em 2023, abrimos 27 lojas e aumentamos a nossa presença nacional com a inauguração da primeira unidade no Espírito Santo. Os investimentos em expansão totalizaram cerca de R$5 bilhões no ano, já considerando o pagamento de R$2,4 bilhões pela aquisição dos pontos de hipermercado, reforçando nossa estratégia de atender bem e estar próximo dos(as) nossos(as) clientes. Com isso, avançamos ainda na implementação de serviços nas lojas e na estratégia *Phygital*, sendo o app Meu Assaí um dos Top5 aplicativos do varejo com maior crescimento de *downloads* no Brasil.

O faturamento anual foi de R$73 bilhões, sendo mais de R$20 bilhões no 4T23. No ano, alcançamos a marca de 290 milhões de *tickets*, o que indica mais de 430 milhões de passantes nas lojas.

O desempenho é decorrente da *performance* das lojas existentes, com crescimento de vendas 'mesmas lojas' e da expansão, com destaque para as conversões, cujo sucesso é comprovado pela maturação acelerada. Esse grupo de lojas atingiu múltiplo de vendas em linha com o objetivo do projeto (3x superiores ao formato hipermercado).

Em decorrência desses fatores, e do forte controle de despesas, nossa rentabilidade segue firme em sua trajetória de crescimento, atingindo o maior patamar trimestral desde o início do projeto de conversões. No ano, a margem EBITDA Pré apresentou estabilidade em relação a 2022, confirmando a acelerada maturação e o potencial das novas lojas, levando a uma sólida geração de caixa operacional, mesmo após um período intenso de aberturas, com 115 lojas inauguradas nos últimos 3 anos.

Nossa governança corporativa vem se transformando e, em 2023, nos tornamos uma *Corporation* e tivemos a eleição de um novo Conselho de Administração. Adicionalmente, lançamos a nova Estratégia de Sustentabilidade, que visa impulsionar a prosperidade para todos(as) com operações responsáveis e transparentes, e menor impacto ambiental. Também evoluímos com o nosso trabalho em Diversidade e Inclusão. Temos 43,5% de pessoas negras e 25,0% de mulheres em cargos de liderança, e 5,4% do quadro de colaboradores(as) composto por pessoas com deficiência. Resultados que trazem orgulho e ilustram nossos esforços em ser um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo.

Para 2024, com (i) a maior geração de caixa proveniente da maturação das novas lojas, (ii) o término do pagamento da aquisição dos pontos de hipermercados em janeiro de 2024 e (iii) a melhoria dos indicadores macroeconômicos, em especial, a queda da taxa de juros, será possível acelerar o processo de desalavancagem.

Com resiliência, proposta única de valor e cultura sólida, continuamos trabalhando para o sucesso do Assaí. Agradeço a confiança e o apoio contínuos por mais um ano de todos(as) investidores(as), colaboradores(as), clientes e parceiros(as).

Belmiro Gomes, Diretor-presidente do Assaí

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.459**	5.842
Contas a receber	7	**1.199**	570
Estoques	8	**6.664**	6.467
Impostos a recuperar	9	**1.100**	1.055
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	**48**	27
Outras contas a receber		**146**	123
		14.616	14.084
Ativos mantidos para venda	27	**–**	95
Total do ativo circulante		**14.616**	14.179
Não circulante			
Impostos a recuperar	9	**573**	927
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	**171**	6
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	**226**	155
Partes relacionadas	10.1	**23**	252
Depósitos judiciais	17.6	**44**	56
Outras contas a receber		**118**	9
		1.155	1.405
Investimentos	11	**864**	833
Imobilizado	12.2	**13.148**	11.582
Intangível	13.1	**5.172**	5.000
Direito de uso	14.1	**8.222**	7.619
		27.406	25.034
Total do ativo não circulante		**28.561**	26.439
TOTAL DO ATIVO		**43.177**	40.618

PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	15	**9.759**	8.538
Fornecedores - Convênios	15.2	**1.459**	2.039
Fornecedores - Convênios - Aquisição de hipermercado	15.3	**892**	2.422
Empréstimos	16.9	**36**	829
Debêntures e notas promissórias	16.9	**2.079**	431
Salários e encargos sociais		**624**	584
Passivo de arrendamento	14.2	**532**	435
Partes relacionadas	10.1	**–**	201
Demais impostos a recolher		**298**	265
Receitas a apropriar	18	**418**	328
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.2	**–**	111
Outras contas a pagar		**328**	233
Total do passivo circulante		**16.425**	16.416
Não circulante			
Fornecedores	15	**38**	–
Fornecedores - Convênios - Aquisição de hipermercado	15.3	**–**	780
Empréstimos	16.9	**1.947**	737
Debêntures e notas promissórias	16.9	**11.122**	10.594
Provisão para demandas judiciais	17	**263**	165
Partes relacionadas	10.1	**–**	60
Passivo de arrendamento	14.2	**8.652**	7.925
Receitas a apropriar	18	**37**	31
Outras contas a pagar		**63**	14
Total do passivo não circulante		**22.122**	20.306
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	**1.272**	1.263
Reserva de capital		**56**	36
Reservas de lucros		**3.309**	2.599
Outros resultados abrangentes		**(7)**	(2)
Total do patrimônio líquido		**4.630**	3.896
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**43.177**	40.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	**66.503**	54.520
Custo das mercadorias vendidas	22	**(55.682)**	(45.557)
Lucro bruto		**10.821**	8.963
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	**(5.411)**	(4.379)
Despesas gerais e administrativas	22	**(831)**	(787)
Depreciações e amortizações		**(1.394)**	(919)
Resultado de equivalência patrimonial	11	**51**	44
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	**49**	(72)
		(7.536)	(6.113)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		**3.285**	2.850
Receitas financeiras	24	**281**	394
Despesas financeiras	24	**(3.012)**	(1.909)
Resultado financeiro líquido		**(2.731)**	(1.515)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**554**	1.335
Imposto de renda e contribuição social	19.1	**156**	(115)
Lucro líquido do exercício		**710**	1.220
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,525574**	0,905322
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,524174**	0,901589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**710**	1.220
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de recebíveis	**(7)**	(2)
IR sobre outros resultados abrangentes	**2**	1
Resultado abrangente do exercício	**705**	1.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		788	18	157	–	709	1.095	–	(1)	2.766
Outros resultados abrangentes										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	1.220	–	1.220
Valor justo de recebíveis		–	–	–	–	–	–	–	(2)	(2)
IR sobre outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	1	1
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	1.220	(1)	1.219
Aumento de capital em espécie		11	–	–	–	–	–	–	–	11
Aumento de capital - Capitalização de reservas		464	–	–	–	–	(464)	–	–	–
Opções de ações outorgadas		–	18	–	–	–	–	–	–	18
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	(50)	–	(50)
Dividendos		–	–	–	–	–	–	(68)	–	(68)
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	753	–	(753)	–	–
Reserva de expansão		–	–	–	632	–	(632)	–	–	–
Reserva legal		–	–	23	–	–	–	(23)	–	–
Reserva para retenção de lucros		–	–	–	–	–	326	(326)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.263	36	180	632	1.462	325	–	(2)	3.896
Outros resultados abrangentes										
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**710**	**–**	**710**
Valor justo de recebíveis		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(7)**	**(7)**
IR sobre outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2**	**2**
Resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**710**	**(5)**	**705**
Aumento de capital em espécie	20.1	**9**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**9**
Opções de ações outorgadas		**–**	**20**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**20**
Reserva de incentivos fiscais	20.5	**–**	**–**	**–**	**–**	**710**	**–**	**(710)**	**–**	**–**
Reserva de expansão	20.4	**–**	**–**	**–**	**325**	**–**	**(325)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.272**	**56**	**180**	**957**	**2.172**	**–**	**–**	**(7)**	**4.630**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**710**	1.220
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(162)**	40
(Ganho) perda na alienação do imobilizado e de arrendamento	**(55)**	34
Depreciações e amortizações	**1.476**	990
Juros e variações monetárias	**2.853**	1.827
Resultado de equivalência patrimonial	**(51)**	(44)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	**151**	(7)
Provisão de opção de compra de ações	**20**	18
Provisão para perdas e quebras de estoque	**538**	418
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**4**	7
	5.484	4.503
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	**(640)**	(313)
Estoques	**(735)**	(2.505)
Impostos a recuperar	**352**	(336)
Depósitos judiciais	**12**	63
Outros ativos	**(14)**	9
Fornecedores	**1.498**	3.175
Salários e encargos sociais	**40**	159
Partes relacionadas	**(5)**	196
Pagamento de demandas judiciais	**(71)**	(49)
Impostos e contribuições a recolher	**40**	101
Receitas a apropriar	**96**	68
Dividendos recebidos	**20**	16
Outros passivos	**(114)**	57
	479	641
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.963**	5.144
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(3.116)**	(3.524)
Aquisição de bens do ativo intangível	**(169)**	(636)
Aquisição de bens mantidos para venda	**–**	(250)
Recebimento de bens do ativo imobilizado	**19**	–
Recebimento de bens do ativo mantido para venda	**211**	620
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.055)**	(3.790)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em espécie	**9**	11
Captação de empréstimos	**3.392**	4.001
Custo de captação de empréstimos	**(142)**	(42)
Pagamento de empréstimos	**(1.499)**	(183)
Pagamento de juros de empréstimos	**(1.085)**	(783)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	**(118)**	(168)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(262)**	(126)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	**(977)**	(772)
Pagamento de aquisição de hipermercado	**(2.609)**	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(3.291)**	1.938
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(383)**	3.292
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.842**	2.550
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.459**	5.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Vendas de mercadorias e serviços	**72.638**	59.575
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**(4)**	(7)
Outras (despesas) receitas, líquidas	**(5)**	231
	72.629	59.799
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	**(60.648)**	(49.983)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.110)**	(2.920)
	(63.758)	(52.903)
Valor adicionado bruto	**8.871**	6.896
Retenções		
Depreciação e amortização	**(1.476)**	(990)
Valor adicionado líquido produzido	**7.395**	5.906
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	**51**	44
Receitas financeiras	**295**	413
	346	457
Valor adicionado total a distribuir	**7.741**	6.363

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**3.588**	2.970
Remuneração direta	**2.404**	1.960
Benefícios	**889**	755
FGTS	**196**	155
Outros	**99**	100
Impostos, taxas e contribuições	**316**	211
Federais	**39**	61
Estaduais	**120**	59
Municipais	**157**	91
Remuneração de capitais de terceiros	**3.127**	1.962
Juros	**3.087**	1.922
Aluguéis	**40**	40
Remuneração de capitais próprios	**710**	1.220
Juros sobre capital próprio	**–**	50
Dividendos	**–**	68
Lucros retidos	**710**	1.102
Valor adicionado total distribuído	**7.741**	6.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3", e na bolsa de *New York Stock Exchange* (NYSE), com o *ticker* "ASAI". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ", sendo este o único segmento divulgável. A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava 288 lojas (263 lojas em 31 de dezembro de 2022) e 11 Centros de Distribuição (12 Centros de Distribuição em 31 de dezembro de 2022), estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 24 estados e no Distrito Federal.

1.1 Principais assuntos

Alienação da participação acionária do Grupo Casino, vide nota 10.1.

Aquisição de hipermercados pelo Assaí, vide notas 13.1, 15.3 e 27.

1.2 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem a lei n°6.404/76 e os pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2024.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e práticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes.

Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Ativos e passivos de longo prazo não são ajustados a valor presente no reconhecimento inicial, pois seus efeitos são imateriais.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal, conforme prevê o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

3.3 Investimentos em controladas em conjunto (*Joint Venture*)

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial, vide nota 11.

3.4 Subvenções governamentais

São reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:31:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

ASAI NYSE LISTED

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3.5 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota 20.2.

3.6 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos e de arrendamentos realizadas pela Companhia estão sendo divulgados nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos e arrendamentos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Demonstração do valor adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2023

4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2023, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2023. As principais alterações aplicáveis para a Companhia são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	Modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. Publicar apenas as políticas que em conjunto com outras informações das demonstrações financeiras possam influenciar razoavelmente as decisões. Políticas relacionadas às transações imateriais não precisam ser divulgadas, mas, as políticas podem ser relevantes devido à sua natureza mesmo que os valores sejam imateriais. Porém nem todas as informações de políticas relevantes, são materiais por si só.
Alterações à IAS 12/ CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis	As alterações da IAS 8 são referente a situações que precisem de alterações e/ou mudanças de politicas contábeis e reforça que devem acontecer somente caso tenham sido exigidas por uma norma ou implementação do IASB ou se resultar em demonstrações contábeis que proporcionem informações mais confiáveis e relevantes.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou antecipadamente, sendo os principais:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*	As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.	01/01/2024
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante e não circulante	As alterações à IAS 1 publicadas em Janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com *Covenants*	A IAS 1 exige que se classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. A iniciativa visa melhorar as informações divulgadas por empresas sobre dívidas de longo prazo com *covenants,* e permitir que os investidores entendam o risco de que determinada dívida seja exigível antecipadamente.	01/01/2024
Alterações à IFRS 7/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.	01/01/2024
Alterações à IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	As alterações requerem que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário.	01/01/2024

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

Política Contábil	Notas
Redução ao valor recuperável - *impairment*	7.3,12.1, 13.2 e 13.3
Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda	8.2
Impostos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários	9
Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental	14.2
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros	16.8
Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade	17
Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, incluindo tratamentos incertos	17.4.1 e 19
Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação	20.6

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**352**	213
Caixa e bancos - Exterior (i)	**22**	24
Aplicações financeiras (ii)	**5.085**	5.605
	5.459	5.842

(i) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R$22 em dólares norte-americanos (R$24 em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 95,92% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (92,80% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A exposição da Companhia aos indexadores de taxa de juros e a análise de sensibilidade para estes ativos financeiros estão divulgados na nota 16.7.

7 CONTAS A RECEBER

Os saldos são registrados inicialmente pelo valor da transação, que correspondem ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Proveniente de vendas com:			
Cartões de crédito	7.1	**589**	241
Cartões de crédito - Partes relacionadas	10.1	**211**	49
Tickets e boletos	7.1 e 7.2	**333**	249
Partes relacionadas	10.1	**–**	24
Fornecedores e outros		**81**	18
		1.214	581
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.3	**(15)**	(11)
		1.199	570

Abaixo apresentamos a composição do saldo pelo seu valor bruto por período de vencimento:

			Títulos vencidos	
	Total	A vencer	Até 30 dias	Acima de 30 dias
31 de dezembro de 2023	**1.214**	**1.202**	**5**	**7**
31 de dezembro de 2022	581	576	4	1

7.1 Cessão de contas a receber de clientes

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber, referente a cartão de crédito e *tickets* junto às administradoras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o volume correspondente a essas operações é de R$2.757 (R$2.785 em 31 de dezembro de 2022). O valor foi baixado do saldo de contas a receber, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

7.2 *Tickets* e boletos

Refere-se a valores provenientes de transações via meios de recebimentos: (i) *tickets* e vale-refeição R$185 (R$134 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) boletos R$148 (R$115 em 31 de dezembro de 2022).

7.3 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

O saldo é mensurado ao custo amortizado e apresentado como redutor do seu saldo contábil.

	31/12/2023	31/12/2022
No início do exercício	**(11)**	(6)
Adições	**(50)**	(36)
Reversões	**46**	31
No final do exercício	**(15)**	(11)

8 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo de aquisição e avaliados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lojas		**6.033**	5.914
Centrais de distribuição		**1.237**	1.139
Acordos comerciais	8.1	**(525)**	(518)
Perdas com estoques	8.2	**(81)**	(68)
		6.664	6.467

8.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques, totalizou R$525 (R$518 em 31 de dezembro de 2022).

8.2 Perdas com estoques

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	31/12/2023	31/12/2022
No início do exercício	**(68)**	(37)
Adições	**(567)**	(435)
Reversões	**29**	17
Baixas	**525**	387
No final do exercício	**(81)**	(68)

9 IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários gerados na operação e todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o crédito de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS, reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS, como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, aspectos operacionais e projeções de geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	9.1	**1.085**	1.210
PIS e COFINS	9.2	**287**	587
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		**169**	90
Impostos retidos a recuperar		**105**	74
Outros		**27**	21
		1.673	1.982
Circulante		**1.100**	1.055
Não circulante		**573**	927

9.1 Crédito de ICMS

Os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do imposto e consequentemente um ressarcimento em determinadas operações.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	**553**
De 1 a 2 anos	**111**
De 2 a 3 anos	**115**
De 3 a 4 anos	**90**
De 4 a 5 anos	**59**
Após 5 anos	**157**
	1.085

9.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

• Expectativa de realização dos créditos do PIS e COFINS

Com relação aos créditos do PIS e COFINS a recuperar, a Administração da Companhia, pautada em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, projeta sua realização futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de PIS e da COFINS a recuperar, no montante de R$287 e a expectativa de realização está dentro de 1 ano.

10 PARTES RELACIONADAS

10.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo				Saldos do Passivo				Transações	
	Contas a receber		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
Coligadas (i)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Casino Guichard Perrachon	–	–	–	–	–	–	–	21	**(20)**	(60)
Euris	–	–	–	–	–	–	–	1	**(1)**	(3)
Grupo Pão de Açúcar ("GPA")	–	24	–	234	–	8	–	237	**20**	(310)
Greenyellow	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	(33)
Wilkes Participações S.A.	–	–	–	–	–	–	–	2	**(6)**	(8)
	–	24	–	234	–	8	–	261	**(7)**	(414)
Joint Venture										
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (ii)	**211**	49	**23**	18	**28**	25	–	–	**27**	25
	211	49	**23**	18	**28**	25	–	–	**27**	25
	211	73	**23**	252	**28**	33	–	261	**20**	(389)
Circulante	**211**	73	–	–	**28**	33	–	201		
Não circulante	–	–	**23**	252	–	–	–	60		

(i) Em 29 de novembro de 2022, o acionista Helicco Participações Ltda. ("Helicco"), controlada do Casino Guichard Perrachon ("Casino"), alienou a totalidade da sua participação acionária na Companhia no total de 140.800.000 ações. Em 21 de março de 2023, a acionista Wilkes Participações S.A. ("Wilkes"), controlada do Casino, alienou 254.000.000 ações de sua titularidade e o Casino passou a deter 157.582.865 ações ordinárias, representativas de 11,7% do capital da Companhia.

Em 23 de junho de 2023, conforme Comunicado ao Mercado divulgado na mesma data, o Casino, por meio das suas controladas Wilkes, Geant International BV ("GIBV") e Segisor S.A.S ("Segisor"), alienou 157.582.850 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 11,67% do seu capital social, por meio de uma operação de *block trade* realizada na mesma data. Como resultado, o Grupo Casino passou a deter uma participação inferior à 0,01% do capital social de Sendas, deixando, assim, de ser considerada uma parte relacionada da Companhia. Os saldos com essas empresas e suas controladas, estão sendo apresentados nas rubricas Outras contas a receber e Outras contas a pagar do balanço patrimonial nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:31:13 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM | ASAI NYSE LISTED

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

(ii) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (a) serviços de correspondente bancário no Brasil; (b) acordo de indenização em que a FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (c) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

As transações com partes relacionadas estão sendo representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado.

10.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações e plano de pagamento baseado em ações (i)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Conselho de administração	**11.512**	31.971	**–**	–	**5.250**	7.103	**16.762**	39.074
Diretores estatutários	**11.083**	12.806	**29.794**	19.880	**13.265**	9.609	**54.142**	42.295
Diretores não estatutários	**31.429**	22.849	**53.132**	43.144	**14.802**	10.176	**99.363**	76.169
Conselho fiscal	**548**	584	**–**	–	**–**	–	**548**	584
	54.572	68.210	**82.926**	63.024	**33.317**	26.888	**170.815**	158.122

(i) Maiores detalhes do plano de pagamento baseado em ações para os Diretores estatutários, vide nota 20.6.3.

O plano de opção de compra de ações, integralmente em ações, se relaciona aos executivos da Companhia e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto ou de longo prazo concedidos aos membros da administração da Companhia.

11 INVESTIMENTOS

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

			Participação nos investimentos - %	
			Participação direta	
Tipo de investimento	**Sociedades**	**País**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	**50,00**	50,00

Informações financeiras resumidas da *Joint Venture*

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	**1**	1
Ativo não circulante	**581**	519
Patrimônio líquido	**582**	520
Lucro líquido do exercício	**102**	86

Composição e movimentação dos investimentos

	Bellamar
Saldo em 31/12/2021	789
Equivalência patrimonial	44
Saldo em 31/12/2022	833
Equivalência patrimonial	**51**
Dividendos recebidos	**(20)**
Saldo em 31/12/2023	**864**

11.1 Negócio em conjunto *(Joint Venture)*

A Bellamar é uma sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC (Financeiro do Banco Itaú) e, portanto a Companhia detém, de forma indireta, participação de 17,88% na FIC. A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento está reconhecido como um negócio em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial que, de acordo com o CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a análise para verificar se o investimento em sua *Joint Venture* poderia não ser recuperável e não foi identificado necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

12 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A seguir, apresentamos a taxa média de depreciação anual do imobilizado:

Taxa média de depreciação anual

Edifícios 2,50%	Máquinas e equipamentos 11,58%	Móveis e utensílios 13,40%
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros 5,83%	Instalações 8,22%	Outros 25%

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2023 e concluiu que houve alteração, sendo que o impacto apurado não foi relevante para divulgação.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

12.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC (loja), exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto nominal, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis, incluindo ágio e fundo de comércio, são apresentados nas notas 13.2 e 13.3.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

12.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja e taxa de desconto de 11,34% (12,20% em 2022) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos testes efetuados, não foi identificado necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

12.2 Movimentação e composição do imobilizado

	Saldo em 31/12/2022	Adi-ções (i)	Baixas	Depre-ciações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2023		Custo histórico	Depreciação acumulada
Terrenos	600	**17**	**–**	**–**	**(58)**	**559**		**559**	**–**
Edifícios	730	**45**	**–**	**(19)**	**21**	**777**		**934**	**(157)**
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	6.865	**1.659**	**(26)**	**(438)**	**39**	**8.099**		**9.583**	**(1.484)**
Máquinas e equipamentos	1.440	**499**	**(16)**	**(214)**	**601**	**2.310**	=	**3.285**	**(975)**
Instalações	585	**84**	**(2)**	**(58)**	**(339)**	**270**		**430**	**(160)**
Móveis e utensílios	755	**186**	**(5)**	**(144)**	**111**	**903**		**1.311**	**(408)**
Imobilizações em andamento	543	**47**	**(1)**	**–**	**(478)**	**111**		**111**	**–**
Outros	64	**42**	**(1)**	**(45)**	**59**	**119**		**255**	**(136)**
	11.582	**2.579**	**(51)**	**(918)**	**(44)**	**13.148**		**16.468**	**(3.320)**

	Saldo em 31/12/2021	Adi-ções (i)	Baixas	Depre-ciações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2022		Custo histórico	Depreciação acumulada
Terrenos	570	48	(18)	–	–	600		600	–
Edifícios	656	117	–	(17)	(26)	730		859	(129)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	3.596	3.451	(27)	(284)	129	6.865		7.933	(1.068)
Máquinas e equipamentos	828	708	(4)	(184)	92	1.440		2.160	(720)
Instalações	362	258	(7)	(35)	7	585	=	729	(144)
Móveis e utensílios	416	279	(2)	(70)	132	755		1.043	(288)
Imobilizações em andamento	235	582	(1)	–	(273)	543		543	–
Outros	37	24	–	(16)	19	64		157	(93)
	6.700	5.467	(59)	(606)	80	11.582		14.024	(2.442)

(i) Inclui a capitalização de juros no valor de R$257 (R$774 em 31 de dezembro de 2022), vide nota 12.3.

12.3 Capitalização de juros dos empréstimos e arrendamentos financeiros

O valor dos custos de empréstimos e arrendamentos financeiros capitalizados diretamente atribuíveis à reforma, construção e aquisição de ativos imobilizados e intangíveis no escopo do CPC 20 (R1)/IAS 23 - Custo de Empréstimos e o valor dos juros de passivo de arrendamento incorporados ao valor dos ativos imobilizados e/ou intangíveis, pelo período em que os ativos ainda não estão em seu uso pretendido de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, totalizaram o valor de R$257 (R$774 em 31 de dezembro de 2022). A taxa média adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 111,05% (112,16% em 31 de dezembro de 2022) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

12.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Adições	**2.579**	5.467
Juros capitalizados	**(257)**	(774)
Aquisição de imobilizado - Adições	**(2.298)**	(5.080)
Aquisição de imobilizado - Pagamentos	**3.092**	3.911
	3.116	3.524

As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos períodos, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

12.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R$82 (R$71 em 31 de dezembro de 2022), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

13 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software,* são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas) e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 anos), cuja taxa média de amortização é de 20% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicáveis, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

13.1 Movimentação e composição do intangível

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amorti-zações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2023		Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	618	**–**	**–**	**–**	**–**	**618**		**871**	**(253)**
Softwares	76	**30**	**(1)**	**(43)**	**1**	**63**		**181**	**(118)**
Fundo de comércio	4.267	**192**	**–**	**(7)**	**–**	**4.452**	=	**4.491**	**(39)**
Marcas	39	**–**	**–**	**–**	**–**	**39**		**39**	**–**
	5.000	**222**	**(1)**	**(50)**	**1**	**5.172**		**5.582**	**(410)**

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amorti-zações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2022		Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	618	–	–	–	–	618		871	(253)
Softwares	75	18	–	(17)	–	76		151	(75)
Fundo de comércio (i)	1.136	3.139	–	(8)	–	4.267	=	4.299	(32)
Marcas	39	–	–	–	–	39		39	–
	1.868	3.157	–	(25)	–	5.000		5.360	(360)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na coluna de adições, estão apresentadas, substancialmente, os valores de aquisição dos 46 pontos comerciais dos hipermercados no valor de R$3.130.

13.2 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação *(impairment test)* dos intangíveis utiliza as mesmas práticas descritas na nota 12.1.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do *impairment* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos cinco anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2023, conforme demonstradas abaixo:

- Receitas: projetadas de 2024 a 2028 considerando crescimento histórico das vendas e as projeções de inflação, sem considerar a expansão de lojas;
- Lucro bruto: considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de venda;
- Despesas: considerando o nível histórico expresso em percentagem de venda e buscando ganhos de produtividade e eficiência;
- Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis *(capex):* foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 11,34% ao ano em 31 de dezembro de 2023 (12,20% ao ano em 31 de dezembro de 2022); e
- Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 4,00% ao ano em 31 de dezembro de 2023 (4,40% ao ano em 31 de dezembro de 2022).

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.3 Fundo de comércio

É o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio com vida útil definida e indefinida são testados seguindo as premissas descritas na nota 12.1.1. A Companhia considerou o fluxo de caixa descontado da respectiva loja para o teste de *impairment,* ou seja, a loja é a UGC.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.4 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Adições	**222**	3.157
Aquisição de intangível - Adições	**(175)**	(3.130)
Aquisição de intangível - Pagamentos	**122**	609
	169	636

14 ARRENDAMENTO

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil (equivalente a R$24 mil em 31 de dezembro de 2023).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

14.1 Direito de uso

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado. A seguir, apresentamos a taxa média de amortização anual do direito de uso:

Taxa média de amortização anual

Edifícios 5,17%	Equipamentos 27,91%	Bens e direitos - Estação Carrão - Assaí Atacadista 10%

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:31:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM
ASAI NYSE LISTED

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14.1.1 Movimentação e composição do direito de uso

	Saldo em 31/12/2022	Adições (i)	Remensuração	Baixas (i)	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2023		Custo histórico	Amortização acumulada
Edifícios	7.593	**2.669**	**296**	**(1.824)**	**(500)**	**(31)**	**8.203**		**9.879**	**(1.676)**
Equipamentos	8	–	–	–	**(5)**	–	**3**	=	**51**	**(48)**
Bens e direitos	18	–	**1**	–	**(3)**	–	**16**		**29**	**(13)**
	7.619	**2.669**	**297**	**(1.824)**	**(508)**	**(31)**	**8.222**		**9.959**	**(1.737)**

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Remensuração	Baixas	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2022		Custo histórico	Amortização acumulada
Edifícios	3.604	3.810	695	(70)	(351)	(95)	7.593		8.924	(1.331)
Equipamentos	16	–	–	–	(6)	(2)	8	=	57	(49)
Bens e direitos	19	–	1	–	(2)	–	18		29	(11)
	3.639	3.810	696	(70)	(359)	(97)	7.619		9.010	(1.391)

(i) Conforme divulgado na nota 10.1, em 23 de junho de 2023, o Casino, por meio da suas controladas Wilkes, GIBV e Segisor, alienou suas ações ordinárias, modificando a estrutura acionária da Companhia. Diante da mudança acionária, houve a necessidade da renegociação de alguns contratos de aluguel ocasionando um incremento líquido no arrendamento no valor de R$476. A Administração, com base no CPC 06/IFRS 16 - Arrendamentos, avaliou e concluiu esta transação como extinção do contrato anterior e reconhecimento de novo contrato, com vencimento em 2045, devido à alteração substantiva no escopo, que incluí, principalmente, alteração dos ativos objeto do contrato e alteração de valores dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o processo de renegociação encontrava-se concluído.

14.2 Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

Os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

14.2.1 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R$9.184 em 31 de dezembro de 2023 (R$8.360 em 31 de dezembro de 2022). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamento mercantil financeiro -		
Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	**532**	435
De 1 a 5 anos	**1.702**	1.646
Mais de 5 anos	**6.950**	6.279
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	**9.184**	8.360
Circulante	**532**	435
Não circulante	**8.652**	7.925
Encargos futuros de financiamento	**13.164**	12.318
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	**22.348**	20.678
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	**558**	508
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	**1.359**	1.257

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota 24.

A taxa média de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 12,12% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (12,20% em 31 de dezembro de 2022).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 6,72% (8,74% em 31 de dezembro de 2022). O prazo médio dos contratos considerados é de 18 anos (19 anos em 31 de dezembro de 2022).

14.2.2 Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	Valor
Em 31 de dezembro de 2021	4.051
Captação - Arrendamento	3.810
Remensuração	696
Provisão de juros	781
Amortização de principal	(126)
Amortizações de juros	(772)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(80)
Em 31 de dezembro de 2022	8.360
Captação - Arrendamento (i)	**2.669**
Remensuração	**297**
Provisão de juros	**1.004**
Amortização de principal	**(262)**
Amortizações de juros	**(977)**
Baixa por antecipação do encerramento do contrato (i)	**(1.907)**
Em 31 de dezembro de 2023	**9.184**

(i) A movimentação do exercício se refere principalmente à renegociação de contratos de aluguéis conforme divulgado na nota 14.1.1.

14.3 Resultado com aluguéis variáveis e subarrendamentos

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

	31/12/2023	31/12/2022
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% a 2% das vendas)	**(21)**	(31)
Subarrendamentos (i)	**93**	55

(i) Refere-se, principalmente, à receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

14.4 Informação complementar

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS16 - Arrendamentos na mensuração e remensuração do seu direito de uso, empregando o modelo de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação para atender os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS16 - Arrendamentos e as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos ativos e passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa real), e a estimativa dos saldos inflacionados nos exercícios de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e as taxas de juros utilizadas no cálculo, estão divulgadas na nota 14.2.1, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo Real		
Direito de uso dos ativos	**8.222**	7.619
Passivo de arrendamento	**22.348**	20.678
Juros embutidos	**(13.164)**	(12.318)
	9.184	8.360
Fluxo inflácionário		
Direito de uso dos ativos	**12.776**	11.955
Passivo de arrendamento	**35.568**	33.354
Juros embutidos	**(19.354)**	(18.500)
	16.214	14.854

Abaixo, apresentamos o fluxo de pagamentos de acordo com o prazo médio ponderado com as respectivas taxas nominal e de inflação para cada exercício apresentado:

Em 31 de dezembro de 2023

Ano	Valor	Taxa nominal	Inflação projetada
Em 1 ano	**1.435**	**12,19%**	**4,48%**
De 1 a 2 anos	**1.300**	**12,22%**	**3,86%**
De 2 a 3 anos	**1.316**	**12,25%**	**3,45%**
De 3 a 4 anos	**1.311**	**12,28%**	**3,49%**
De 4 a 5 anos	**2.437**	**12,32%**	**3,58%**
Mais de 5 anos	**14.549**	**12,54%**	**3,58%**
	22.348		

Em 31 de dezembro de 2022

Ano	Valor	Taxa nominal	Inflação projetada
Em 1 ano	1.356	12,22%	4,61%
De 1 a 2 anos	1.192	12,26%	4,26%
De 2 a 3 anos	1.190	12,30%	4,24%
De 3 a 4 anos	1.192	12,35%	4,24%
De 4 a 5 anos	1.159	12,41%	4,24%
Mais de 5 anos	14.589	12,73%	4,24%
	20.678		

15 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores			
Produtos		**10.363**	9.196
Aquisição de imobilizado		**158**	140
Serviços		**150**	129
Serviços - Partes relacionadas	10.1	**28**	33
Acordos comerciais	15.1	**(902)**	(960)
		9.797	8.538
Fornecedores - Convênios			
Produtos	15.2	**1.070**	813
Aquisição de imobilizado	15.2	**389**	1.226
Aquisição de hipermercado	15.3	**892**	3.202
		2.351	5.241
		12.148	13.779
Circulante		**12.110**	12.999
Não circulante		**38**	780

15.1 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

15.2 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas *"forfait"/ "confirming"/* "risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credores e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.

A Administração, com base no CPC 3 (R2)/IAS7 e CPC 40 (R1)/IFRS7, avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações tem o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para divulgação.

Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações é apresentado como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras). Nestas transações, a Companhia aufere, receita referente ao prêmio pela indicação dos fornecedores para as operações de antecipação de títulos, reconhecida no resultado financeiro, na rubrica "Receita de antecipação de títulos", no valor de R$42 em 31 de dezembro de 2023 (R$40 em 31 de dezembro de 2022), representando 1,21% do volume de transações ocorridas ao longo de 2023 (1,43% ao longo de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R$1.459 (R$2.039 em 31 de dezembro de 2022).

Os saldos de Fornecedores e Fornecedores - Convênio são similares e não ultrapassam o prazo de 120 dias de vencimento em 31 de dezembro de 2023.

15.3 Aquisição de hipermercado

Em setembro e dezembro de 2022, o GPA realizou a cessão dos seus recebíveis referente à venda dos hipermercados para a Companhia, com uma instituição financeira correspondentes às parcelas a vencer entre 2023 e 2024. A Administração da Companhia, como anuente da operação, avaliou os termos contratuais da cessão dos recebíveis e de acordo com o CPC 26 (R1)/IAS 1, concluiu que não houve modificação nas condições originalmente contratadas com o GPA, mantendo-se a característica dos termos, sendo que os pagamentos das parcelas serão realizados diretamente pela Companhia à instituição financeira, mantendo os mesmos vencimentos e correção equivalente ao CDI + 1,2% a.a., anteriormente acordados com GPA. Portanto, a Administração concluiu que foi mantida a característica da operação como um contas a pagar pela aquisição dos pontos comerciais dos hipermercados.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo é de R$892 (R$3.202 em 31 de dezembro de 2022), e em janeiro de 2024 a Companhia realizou a liquidação total deste valor.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

- **Ativos financeiros mensurados ao VJR**: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao custo amortizado**: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao VJORA**: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes ("ORA"). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado**: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA	Saldo em 31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.459**	–	–	**5.459**
Partes relacionadas	10.1	**23**	–	–	**23**
Contas a receber e outras contas a receber		**396**	–	–	**396**
Ganho de instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	**274**	–	**274**
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*		–	–	**985**	**985**
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		**(216)**	–	–	**(216)**
Fornecedores e fornecedores - Convênios	15	**(12.148)**	–	–	**(12.148)**
Empréstimos	16.9.1	**(1.943)**	–	–	**(1.943)**
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	**(10.051)**	–	–	**(10.051)**
Passivo de arrendamento	14.2	**(9.184)**	–	–	**(9.184)**
Empréstimos e debêntures	16.9.1	–	**(3.182)**	–	**(3.182)**
Perda de instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	**(8)**	–	**(8)**
Exposição líquida		**(27.664)**	**(2.916)**	**985**	**(29.595)**

	Nota	Custo amortizado	Valor justo	VJORA	Saldo em 31/12/2022
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.842	–	–	5.842
Partes relacionadas	10.1	252	–	–	252
Contas a receber e outras contas a receber		198	–	–	198
Ganho de instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	182	–	182
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*		–	–	424	424
Passivos financeiros			–		
Partes relacionadas	10.1	(261)	–	–	(261)
Fornecedores e fornecedores - Convênios	15	(13.779)	–	–	(13.779)
Empréstimos	16.9.1	(1.217)	–	–	(1.217)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	(8.903)	–	–	(8.903)
Passivo de arrendamento	14.2	(8.360)	–	–	(8.360)
Empréstimos e debêntures	16.9.1	–	(2.435)	–	(2.435)
Perda de instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	(36)	–	(36)
Exposição líquida		(26.228)	(2.289)	424	(28.093)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota 16.8.

16.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

continua

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:31:30 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM | ASAI NYSE LISTED

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, e aluguéis a receber é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

- **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.
- **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

- **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- *Status* de inadimplência, risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

16.5 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.5.1 Risco de crédito

• Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

As aplicações financeiras da Companhia, de acordo com o *rating* em escala nacional das instituições financeiras, são 100% representadas por brAAA.

• Contas a receber

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela realização das transações em conformidade com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.5.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.5.3 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, debêntures e notas promissórias	**(15.184)**	(12.591)
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**5.459**	5.842
(–) Instrumentos financeiros derivativos	**274**	182
Dívida líquida	**(9.451)**	(6.567)
Patrimônio líquido	**4.630**	3.896
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	**204%**	169%

16.5.4 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	**611**	**1.797**	**–**	**2.408**
Debêntures e notas promissórias	**3.026**	**13.256**	**1.241**	**17.523**
Instrumentos financeiros derivativos	**111**	**(299)**	**(368)**	**(556)**
Passivo de arrendamento	**1.435**	**6.364**	**14.549**	**22.348**
Fornecedores	**9.759**	**40**	**–**	**9.799**
Fornecedores - Convênios	**1.459**	**–**	**–**	**1.459**
Fornecedores - Convênios - Aquisição de hipermercado	**894**	**–**	**–**	**894**
Outras contas a pagar	**167**	**–**	**49**	**216**
	17.462	**21.158**	**15.471**	**54.091**

As informações foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

16.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo do valor justo, os valores futuros dos *swaps* são projetados de acordo com as curvas divulgadas pela B3 (CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), acrescidas dos *spreads* das operações. Para o cálculo do valor presente dessas operações os valores futuros são descontados utilizando as mesmas curvas, porém, acrescidas dos *spreads* divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, referente às operações realizadas no mercado secundário.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de referência dos contratos era R$2.956 (R$2.360 em 31 de dezembro de 2022). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("*caps*"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48/IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

Transações	Nota	Risco (Aumento das taxas)	Saldo em 31/12/2023	Projeções de mercado Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos	16.9.1	CDI + 1,66% a.a.	**(1.952)**	**(208)**	**(219)**	**(229)**
Empréstimos (taxa pré-fixada)	16.9.1	CDI + 0,20% a.a.	**(40)**	**(5)**	**(5)**	**(5)**
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	CDI + 1,45% a.a.	**(13.378)**	**(1.441)**	**(1.513)**	**(1.585)**
Efeito líquido (perda) total			**(15.370)**	**(1.654)**	**(1.737)**	**(1.819)**
Equivalentes de caixa	6	95,92% do CDI	**5.085**	**510**	**536**	**561**
Exposição líquida passiva			**(10.285)**	**(1.144)**	**(1.201)**	**(1.258)**

16.8 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46/IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "*benchmarking*" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, todos classificados como "Nível 2", cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil 31/12/2023	Valor contábil 31/12/2022	Valor justo 31/12/2023	Valor justo 31/12/2022
Contas a receber de cartões de crédito e *tickets*	**985**	424	**985**	424
Swaps de taxas de juros entre moedas	**–**	(36)	**–**	(36)
Swaps de taxas de juros	**(1)**	2	**(1)**	2
Swaps de taxas de juros - CRI	**267**	180	**267**	180
Empréstimos e debêntures (valor justo)	**(3.182)**	(2.435)	**(3.182)**	(2.435)
Empréstimos e debêntures (custo amortizado)	**(11.994)**	(10.120)	**(11.716)**	(9.974)
	(13.925)	(11.985)	**(13.647)**	(11.839)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os *swaps* de taxa de juros e empréstimos são classificados no Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros.

16.9 Empréstimos

16.9.1 Composição da dívida

	Taxa média	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,45% a.a.	**13.378**	11.123
Custo de captação		**(185)**	(98)
		13.193	11.025
Instrumentos financeiros derivativos - Debêntures e notas promissórias			
Contratos de *swap*	CDI + 0,89% a.a.	**(270)**	(180)
Contratos de *swap*	CDI + 1,32% a.a.	**8**	–
		(262)	(180)

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos *spreads* das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

	Valor de referência 31/12/2023	Valor de referência 31/12/2022	Valor justo 31/12/2023	Valor justo 31/12/2022
Swap de *hedge*				
Objeto de *hedge* (dívida)	**2.956**	2.360	**3.230**	2.542
Posição ativa				
Taxa pré-fixada	**106**	106	**110**	109
USD + Fixa	**–**	282	**–**	282
Hedge - CRI	**2.850**	1.972	**3.120**	2.151
Posição passiva	**(2.956)**	(2.360)	**(2.964)**	(2.396)
Posição de *hedge* líquida	**–**	–	**266**	146

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R$266 (a receber R$146 em 31 de dezembro de 2022), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e o passivo em "Debêntures".

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 resultaram em uma perda de R$115 (ganho de R$29 em 31 de dezembro de 2022), sendo apresentado na rubrica Custo da dívida nota 24.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Dívida USD - BRL	USD50	2023	**–**	(36)
Dívida IPCA - BRL	R$1.972	2028, 2029 e 2031	**267**	180
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R$879	2027	**(5)**	–
Taxa pré-fixada x CDI	R$54	2027	**2**	1
Taxa pré-fixada x CDI	R$52	2027	**2**	1
Derivativos - *Hedge* de valor justo - Brasil			**266**	146

16.7 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário de mudanças razoáveis possíveis, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (juros) da B3.

Para determinação de qual a mudança relevante possível na variável de risco relevante, a Administração considerou o ambiente econômico na qual ela opera. Dessa maneira, no cenário (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros e a taxa de juros ponderada (CDI) foi de 10,00% ao ano. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma deterioração de 5% e 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros, com o intuito de demonstrar a sensibilidade no resultado da Companhia em um cenário adverso. No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

	Taxa média	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos em moeda nacional			
Capital de giro	CDI + 0,20% a.a.	**40**	51
Capital de giro	CDI + 1,66% a.a.	**1.952**	1.223
Custo de captação		**(9)**	(6)
		1.983	1.268
Instrumentos financeiros derivativos - Moeda nacional			
Contratos de *swap*	CDI + 0,89% a.a.	**(4)**	(2)
		(4)	(2)
Empréstimos em moeda estrangeira			
Capital de giro	USD + 1,06% a.a.	**–**	262
		–	262
Instrumentos financeiros derivativos - Moeda estrangeira			
Contratos de *swap*	CDI + 1,35% a.a.	**–**	36
		–	36
Total de empréstimos, debêntures e notas promissórias		**14.910**	12.409
Ativo circulante		**(48)**	(27)
Ativo não circulante		**(226)**	(155)
Passivo circulante		**2.115**	1.260
Passivo não circulante		**13.069**	11.331

16.9.2 Movimentação dos empréstimos

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.001
Captações	4.001
Custo de captação	(42)
Provisão de juros	1.436
Contratos de *swap*	82
Marcação a mercado	(111)
Variação cambial e monetária	(18)
Amortização do custo de captação	26
Amortização de juros	(783)
Amortização de principal	(61)
Amortização de *swap*	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.409
Captações	**3.392**
Custo de captação (i)	**(142)**
Provisão de juros	**1.746**
Contratos de *swap*	**39**
Marcação a mercado	**14**
Variação cambial e monetária	**(16)**
Amortização do custo de captação	**52**
Amortização de juros	**(1.085)**
Amortização de principal	**(1.326)**
Amortização de *swap*	**(173)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**14.910**

(i) Incluem custos referentes a negociação de *waiver* para concessão de anuência na alteração do controle acionário no valor de R$93, conforme divulgado na nota 10.1, em operações de mercado de capitais, realizadas ao longo do exercício, sem alteração nas demais cláusulas contratuais junto às instituições financeiras.

16.9.3 Cronograma de vencimentos não circulantes

Vencimento	Valor
De 1 a 2 anos	**4.767**
De 2 a 3 anos	**1.684**
De 3 a 4 anos	**3.654**
De 4 a 5 anos	**1.823**
Após 5 anos	**1.051**
	12.979
Custo de captação	**(136)**
	12.843

continua

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 96615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:31:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM | ASAI NYSE LISTED

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16.10 Debêntures e notas promissórias

	Valor de emissão (em milhares)	Debêntures em circulação (unidades)	Data Emissão	Data Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2023	31/12/2022
1ª Emissão de notas promissórias - 4ª série	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	–	**–**	317
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	72.272.432	**289**	254
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	72.272.432	**289**	254
2ª Emissão de debêntures - 1ª série	940.000	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	1.015	**954**	957
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.015	**670**	672
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	1.345	**1.681**	1.467
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	1.347	**1.683**	1.468
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.142	**1.122**	1.072
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.143	**591**	565
4ª Emissão de debêntures - série única	2.000.000	2.000.000	07/01/2022	26/11/2027	CDI + 1,75% a.a.	1.012	**2.024**	2.028
1ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	750.000	750.000	10/02/2022	09/02/2025	CDI + 1,70% a.a.	1.053	**790**	793
5ª Emissão de debêntures - série única - CRI	250.000	250.000	05/04/2022	28/03/2025	CDI + 0,75% a.a.	1.030	**258**	258
6ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	72.962	72.962	28/09/2022	11/09/2026	CDI + 0,60% a.a.	1.035	**76**	75
6ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	55.245	55.245	28/09/2022	13/09/2027	CDI + 0,70% a.a.	1.036	**58**	57
6ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	471.793	471.793	28/09/2022	13/09/2029	IPCA + 6,70% a.a.	1.078	**508**	485
2ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	400.000	400.000	26/12/2022	26/12/2025	CDI + 0,93% a.a.	1.143	**458**	401
7ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	145.721	145.721	25/07/2023	15/07/2026	CDI + 1,00% a.a.	1.057	**154**	–
7ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	878.503	878.503	25/07/2023	15/07/2027	Pré 11,75% a.a.	1.049	**921**	–
7ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	46.622	46.622	25/07/2023	17/07/2028	CDI + 1,15% a.a.	1.058	**50**	–
8ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2027	CDI + 1,85% a.a.	1.002	**401**	–
8ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.002	**401**	–
Custo de captação							**(185)**	(98)
							13.193	11.025

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas são: sem preferência; não conversíveis em ações; não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

16.11 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2023, devido a liquidação do contrato junto ao Scotiabank, a Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

16.12 Garantias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui garantias relacionadas aos seus contratos de empréstimos.

16.13 Contratos de *swap*

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em taxas de juros prefixado e IPCA, trocando essas obrigações pelas taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2023 foi de 13,04% (12,43% em 31 de dezembro de 2022).

16.14 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA *Last Twelve Months* ("LTM") menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava com todas as obrigações contratuais cumpridas e adimplente em relação a esses índices.

17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109	69	27	205
Adições	14	74	13	101
Reversões	(73)	(31)	(4)	(108)
Pagamentos	–	(33)	(16)	(49)
Atualização monetária	5	7	4	16
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55	86	24	165
Depósito judicial	(7)	(29)	(8)	(44)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	48	57	16	121

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55	86	24	165
Adições	**17**	**172**	**22**	**211**
Reversões	**(6)**	**(49)**	**(5)**	**(60)**
Pagamentos	**(4)**	**(59)**	**(8)**	**(71)**
Atualização monetária	**–**	**13**	**5**	**18**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**62**	**163**	**38**	**263**
Depósito judicial	**(1)**	**(15)**	**(10)**	**(26)**
Provisões líquidas de depósitos judiciais	**61**	**148**	**28**	**237**

Do valor total do quadro acima, R$50 (R$24 em 31 de dezembro de 2022) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$3 tributário, trabalhista R$27 e R$20 cível (R$3 tributário, trabalhista R$12 e R$9 cível em 31 de dezembro de 2022).

17.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) IPI na revenda de produtos importados; e (iii) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 para esses assuntos é de R$62 (R$55 em 31 de dezembro de 2022).

17.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$163 (R$86 em 31 de dezembro de 2022), referente ao potencial de risco de perda em relação às reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

17.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela entidade. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2023, o montante da provisão para essas ações é de R$32 (R$19 em 31 de dezembro de 2022), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2023, o montante da provisão para essas ações é de R$6 (R$5 em 31 de dezembro de 2022).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2023 da Companhia é de R$38 (R$24 em 31 de dezembro de 2022).

17.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, e são relacionadas a:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre operações financeiras - IOF - Processo de divergência de recolhimento.	**14**	14
PIS, COFINS - Divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de PIS e COFINS, dentre outros assuntos que aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial.	**783**	650
ICMS - Apropriação de créditos de aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, dentre outros assuntos, os quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.	**1.216**	1.084
ISS, IPTU, Taxas e outros - Divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, que aguardam decisões administrativas e judiciais.	**18**	16
INSS - Divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, que estão em discussão administrativa e judicial.	**24**	23
Outras - Ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação e fixação dos contratos de locação de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça e juizado especial cível, processos administrativos de órgãos fiscalizadores, dentre outros.	**98**	44
Remuneração vinculado a taxa de sucesso dos advogados externos caso todos os processos fossem finalizados com êxito.	**20**	14
	2.173	1.845

Do valor total do quadro acima, R$1.494 (R$1.352 em 31 de dezembro de 2022) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$1.398 tributário e R$96 cível (R$1.309 tributário e R$43 cível em 31 de dezembro de 2022).

Foram abertas três ações cíveis públicas movidas por instituições ligadas ao movimento negro, em razão de uma abordagem a um cliente em agosto de 2021 na loja de Limeira - SP, na qual alegam que os motivadores da abordagem seriam questões raciais, sendo o objeto das ações a indenização por danos coletivos. Todas foram devidamente respondidas. Uma delas já foi extinta pelo judiciário sem maiores efeitos. Em 31 de dezembro de 2023, restam duas ações vigentes em andamento e, dada a subjetividade do tema, ainda não é possível estimar razoavelmente os valores envolvidos. Não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras.

17.4.1 Incertezas sobre o tratamento de IRPJ e CSLL

Em atendimento ao ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, a Companhia possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como possíveis. Em 31 de dezembro de 2023 o valor envolvido era de R$917 (R$598 em 31 de dezembro de 2022).

17.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	31/12/2023	31/12/2022
Tributários	**1.113**	700
Trabalhistas	**75**	91
Cíveis e outros	**557**	505
	1.745	1.296

O custo das garantias em 31 de dezembro de 2023 é aproximadamente 0,19% ao ano do valor das causas (0,29% em 31 de dezembro de 2022) e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	31/12/2023	31/12/2022
Tributários	**18**	12
Trabalhistas	**16**	34
Cíveis e outros	**10**	10
	44	56

18 RECEITAS A APROPRIAR

São reconhecidas pela Companhia como passivo, pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, sendo reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço.

	31/12/2023	31/12/2022
Sale and leaseback	**–**	3
Back lights (i)	**296**	259
Checkstand (ii)	**89**	45
Acordo comercial - Folha de pagamento (iii)	**48**	39
Marketing e outros	**22**	13
	455	359
Circulante	**418**	328
Não circulante	**37**	31

(i) Aluguéis de painéis luminosos *"back light"*.

(ii) Módulos para exposição de produtos *"checkstand"* dos seus fornecedores e aluguel de ponta de gôndola.

(iii) Acordo comercial com instituição financeira referente à exclusividade para o processamento da folha de pagamento.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos. Os créditos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

19.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**554**	1.335
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal (34%)	**(188)**	(454)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	**(3)**	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	**17**	15
Juros sobre capital próprio	**–**	17
Subvenção de ICMS - Incentivos fiscais (i)	**319**	248
Créditos de atualizações monetárias	**15**	64
Outras diferenças permanentes	**(4)**	(3)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	**156**	(115)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	**(6)**	(75)
Diferido	**162**	(40)
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**156**	(115)
Taxa efetiva	**-28,2%**	8,6%

(i) A Companhia apura benefícios fiscais que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar n°160/17 e Lei n°12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do valor constituído e a constituir nos exercícios subsequentes da reserva de incentivos fiscais, vide nota 20.5.

19.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	**385**	**–**	**385**	213	–	213
Provisão para demandas judiciais	**81**	**–**	**81**	44	–	44
Variação cambial	**–**	**(66)**	**(66)**	–	(28)	(28)
Amortização fiscal de ágio	**–**	**(317)**	**(317)**	–	(317)	(317)
Ajuste a marcação de mercado	**–**	**(25)**	**(25)**	–	(29)	(29)
Imobilizado e intangível	**25**	**–**	**25**	30	–	30
Perdas não realizadas com créditos tributários	**–**	**(15)**	**(15)**	–	(6)	(6)
Provisões para reestruturação	**–**	**–**	**–**	12	–	12
Provisões de estoque	**30**	**–**	**30**	26	–	26
Custo de captação	**–**	**(66)**	**(66)**	–	(35)	(35)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	**3.071**	**(2.932)**	**139**	2.785	(2.684)	101
Outros	**–**	**–**	**–**	–	(5)	(5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	**3.592**	**(3.421)**	**171**	3.110	(3.104)	6
Compensação	**(3.421)**	**3.421**	**–**	(3.104)	3.104	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	**171**	**–**	**171**	6	–	6

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Montante
Em 1 ano	**164**
De 1 a 2 anos	**333**
De 2 a 3 anos	**9**
De 3 a 4 anos	**1**
Após 5 anos	**3.085**
	3.592

19.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
No início do exercício	**6**	45
Benefícios (despesas) no exercício	**162**	(40)
IR sobre outros resultados abrangentes	**3**	1
No final do exercício	**171**	6

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:31:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

ASAI NYSE LISTED

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social e direitos das ações

Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias. Abaixo, o capital social subscrito e totalmente integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Valor
Saldo em 31/12/2021	1.346.674.477	788
Aumento de capital - RCA em 21/02/2022	239.755	1
Aumento de capital - RCA em 28/04/2022	–	464
Aumento de capital - RCA em 09/05/2022	298.919	2
Aumento de capital - RCA em 27/07/2022	1.119.515	3
Aumento de capital - RCA em 20/10/2022	650.808	3
Aumento de capital - RCA em 06/12/2022	181.920	2
Total da movimentação do exercício	2.490.917	475
Saldo em 31/12/2022	1.349.165.394	1.263
Aumento de capital - RCA em 15/02/2023	**59.870**	**1**
Aumento de capital - RCA em 28/03/2023	**1.031.232**	**1**
Aumento de capital - RCA em 18/08/2023	**1.207.046**	**4**
Aumento de capital - RCA em 30/10/2023	**213.458**	**2**
Aumento de capital - RCA em 08/12/2023	**156.200**	**1**
Total da movimentação do exercício	**2.667.806**	**9**
Saldo em 31/12/2023	**1.351.833.200**	**1.272**

20.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração propôs que o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 seja destinado para constituição de reserva de incentivos fiscais, não havendo distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		**710**	1.220
Reserva de incentivos fiscais	20.5	**(710)**	(753)
Base reserva legal		**–**	467
% Reserva legal		**5%**	5%
Reserva legal do exercício	20.3	**–**	23
Base dividendos		**–**	444
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		**–**	111
JSCP a pagar líquido (i)		**–**	(43)
Dividendos propostos		**–**	68

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2022 foi aprovado o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$50 sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R$7, correspondendo ao valor líquido de R$43. O pagamento efetivo ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2023.

Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") de acionistas realizada em 27 de abril de 2023, os acionistas votaram pela aprovação do dividendo mínimo obrigatório no valor de R$68, calculado de acordo com a Legislação das Sociedades por Ações. O valor total a título de dividendos correspondente a R$0,0500185431139003 por ação ordinária, foi pago em junho de 2023.

20.3 Reserva de lucros

A reserva legal é estabelecida mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei n°6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$180.

Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição de reserva legal (R$23 em 31 de dezembro de 2022), visto que o resultado do exercício foi aplicado na constituição da reserva de incentivos fiscais.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**710**	1.220
Reserva de incentivos fiscais	**(710)**	(753)
Base reserva legal	**–**	467
% Reserva legal	**5%**	5%
Reserva legal do exercício	**–**	23

20.4 Reserva de expansão

Em AGO de acionistas realizada em 27 de abril de 2023 foi aprovada a constituição para a reserva de expansão no valor de R$325 em contrapartida da reserva de lucros do exercício de 2022.

20.5 Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados foram considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R$939 (R$753 em 31 de dezembro de 2022) à reserva de incentivos fiscais, sendo R$710 referente ao montante dos incentivos gerados em 2023 constituídos no próprio exercício e R$229 a serem constituídos à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

Conforme previsto no artigo 30 da Lei n°12.973/14, a referida reserva de incentivos fiscais poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação em caso de distribuição.

20.6 Pagamento baseado em ações

20.6.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1)/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B8, B9 e B10 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37° (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42° (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10° (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C8, C9 e C10 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37° (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42° (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10° (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2023 Quantidade de ações (em milhares) Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	**363**	**(20)**	**(45)**	**298**
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	**363**	**(20)**	**(45)**	**298**
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	**2.163**	**(358)**	**–**	**1.805**
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	**1.924**	**(119)**	**–**	**1.805**
B10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	0,01	**1.390**	**–**	**–**	**1.390**
C10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	11,82	**1.390**	**–**	**–**	**1.390**
				7.593	**(517)**	**(90)**	**6.986**

(i) Ações outorgadas para diretores não estatutários.

20.6.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested)* é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2023 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2023 (em milhares)
Quantidade de ações	**1.351.833**
Saldo das séries outorgadas em vigor	**6.986**
Percentual máximo de diluição	**0,52%**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas:

Séries outorgadas	Média ponderada do valor justo das opções concedidas (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	*Exit rate*	Expectativa de vida média remanescente
B8	17,21	1,28%	37,06%	7,66%	8,00%	5 meses
C8	7,69					
B9	15,27	1,20%	37,29%	12,18%	8,00%	17 meses
C9	7,35					
B10	10,33	1,31%	35,32%	10,87%	8,00%	29 meses
C10	3,28					

	Ações Em milhares	Média ponderada do preço de exercício R$	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2022	4.651	6,01	2,28
Em 31 de dezembro de 2023			
Outorgadas durante o exercício	**2.780**	**5,92**	
Canceladas durante o exercício	**(32)**	**5,97**	
Exercidas durante o exercício	**(413)**	**5,97**	
Em aberto no fim do exercício	**6.986**	**5,97**	**1,73**
Total a exercer em 31 de dezembro de 2023	**6.986**	**5,97**	**1,73**

O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$28 (R$14 em 31 de dezembro de 2022).

20.6.3 Plano de pagamento baseado em ações - liquidadas em caixa

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovado o plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, somente para os Diretores Estatutários da Companhia. Este plano não torna os executivos sócios da Companhia, mas somente adquirem o direito ao recebimento de um prêmio em dinheiro correspondente à cotação média das ações da Companhia negociadas na B3 sob o código ASAI3.

A metodologia de cálculo é a média linear da cotação das ações considerando os últimos 20 pregões anteriores, incluindo a data-base de 1° de agosto de 2023 (data de outorga), até o fim do plano em 31 de julho de 2028. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, respeitando os períodos de *vestings* das ações.

Foram outorgadas 1.989.465 ações aos executivos da Companhia e o recebimento do prêmio em relação a 50% dessas ações estará condicionado ao cumprimento da condição de serviço (ações condicionadas a tempo) e os outros 50% estará condicionado ao cumprimento, de forma cumulativa, da condição de serviço e da condição de *performance* (ações condicionadas a tempo e *performance*).

Para que as ações condicionadas a tempo se tornem *vested*, o Executivo deverá permanecer na Companhia desde a data de outorga até as datas abaixo (prazo de carência):

a) 20% (vinte por cento) no aniversário de 3 anos contados da data de outorga;
b) 20% (vinte por cento) no aniversário de 4 anos contados da data de outorga; e
c) 60% (sessenta por cento) no aniversário de 5 anos contados da data de outorga.

Para que as ações condicionadas a tempo e *performance* se tornem *vested*, o Executivo deverá cumprir os prazos de carência acima, além do cumprimento das metas, sendo segregado entre: a) Meta *Environmental, Social and Governance* ("ESG") com peso de 30%: i) contratação de pessoas com deficiências; ii) mulheres na liderança, no cargo gerencial ou superior; e iii) emissões totais de carbono - Escopo 1 e 2; e b) Meta operacional com peso de 70%: i) fluxo de caixa operacional.

As metas dispostas acima serão revisadas anualmente pelo Conselho de Administração e o não atingimento em 31 de dezembro de 2026 e 2027 poderá ser compensado pelo atingimento nas datas de apuração subsequentes.

Ao final de cada prazo de carência as ações condicionadas a tempo que tiverem se tornando ações *vested* serão liquidadas automaticamente, e as ações condicionadas a tempo e *performance* deverão ser verificadas o cumprimento das metas acima relacionadas.

Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa própria, este perderá o direito ao recebimento das ações não *vested*, sendo imediatamente canceladas e extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo por falta grave, todas as suas ações serão extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado em decorrência de mútuo acordo entre a Companhia e o Executivo ou por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo, sem falta grave, o Executivo terá o direito, condicionado ao cumprimento das obrigações restritivas, à liquidação de todas as ações *vested* na data do desligamento e a manter uma parcela das ações não *vested* conforme acordado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo correspondente ao plano, incluído os encargos sociais, está registrado na rubrica de "Outros passivos não circulantes" no valor de R$4, o total da despesa reconhecida, incluindo os encargos sociais foi de R$4 e o valor justo do plano nesta data era de R$35, incluindo os encargos.

21 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O IFRS 15/CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de *performance* da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

As receitas auferidas pela prestação de serviços são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Mercadorias	**72.535**	59.510
Prestação de serviços e outros	**250**	174
	72.785	59.684
(–) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	**(147)**	(109)
Impostos	**(6.135)**	(5.055)
	(6.282)	(5.164)
Receita operacional líquida	**66.503**	54.520

22 DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

Compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística, administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete, incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

Compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
Custo com estoques	**(54.685)**	(44.809)
Despesas com pessoal	**(4.137)**	(3.358)
Serviços de terceiros	**(338)**	(264)
Despesas comerciais	**(1.093)**	(875)
Despesas funcionais	**(1.150)**	(883)
Outras despesas	**(521)**	(534)
	(61.924)	(50.723)
Custo das mercadorias vendidas	**(55.682)**	(45.557)
Despesas com vendas	**(5.411)**	(4.379)
Despesas gerais e administrativas	**(831)**	(787)
	(61.924)	(50.723)

23 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da Demonstração do Resultado do Exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	**55**	(34)
Despesas relativas a demandas judiciais	**(1)**	(19)
Gastos com integração, reestruturação e outros	**(5)**	(33)
Ativo indenizatório	**–**	14
	49	(72)

24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615714972
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:31:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E6AC94F3-41A9-44C3-AC6E-3212A66A1EB3

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM
ASAI NYSE LISTED

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	**123**	152
Atualizações monetárias ativas	**80**	187
Receita de antecipação de títulos	**42**	40
Outras receitas financeiras	**36**	15
Total de receitas financeiras	**281**	394
Despesas financeiras		
Custo da dívida	**(1.720)**	(896)
Custo e desconto de recebíveis	**(119)**	(97)
Atualizações monetárias passivas	**(247)**	(401)
Juros sobre passivo de arrendamento	**(899)**	(509)
Outras despesas financeiras	**(27)**	(6)
Total de despesas financeiras	**(3.012)**	(1.909)
	(2.731)	(1.515)

25 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária, em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários (a)	**710**	1.220
Média ponderada da quantidade de ações	**1.350**	1.348
Denominador básico (milhões de ações) (b)	**1.350**	1.348
Média ponderada de opção de compra de ações	**4**	6
Denominador diluído (milhões de ações) (c)	**1.354**	1.353
Lucro básico por milhões de ações (R$) (a ÷ b)	**0,525574**	0,905322
Lucro diluído por milhões de ações (R$) (a ÷ c)	**0,524174**	0,901589

26 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

Transações	Notas
Baixa de provisão para aquisição de pontos comerciais em contrapartida de fornecedores	12.2
Aquisição de imobilizado que ainda não foram pagos	12.4
Aquisição de intangível que ainda não foram pagos	13.4
Venda de ativo mantido para venda que ainda não foram recebidos	27

27 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Ativos não circulantes e grupos de ativos, são classificados como mantidos para venda se o valor contábil for recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, e o prazo estimado para que a venda seja concluída deve estar dentro de um ano.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado, menos custo de venda.

	31/12/2022
Lojas de hipermercados (i)	95
	95

(i) Em 25 de fevereiro de 2022, o GPA e a Companhia alienaram os 17 imóveis próprios (11 próprios do GPA e 6 imóveis adquiridos pela Companhia) pelo valor total de venda de até R$1.200, para o fundo imobiliário Brazel Properties ("Fundo") com a intervenção e garantia da Companhia.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 correspondia a um imóvel próprio do GPA e teve o processo de alienação ao Fundo em 11 de julho de 2023.

PRESIDENTE	DIRETORIA				CONTADOR
Belmiro de Figueiredo Gomes	**Daniela Sabbag Papa**	**Gabrielle Castelo Branco Helú**	**Wlamir dos Anjos**	**Anderson Barres Castilho**	**Valdério Matias da Silva** CRC SP240047/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos Membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A., e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

Artemio Bertholini – Presidente
Edson Carlos Fernandes – Membro efetivo
Leda Maria Deiro Hahn – Membro Efetivo

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2023

O objetivo deste relatório é: (i) apresentar um resumo das atribuições e das atividades do Comitê de Auditoria; e (ii) apresentar ao Conselho de Administração da Companhia suas conclusões e recomendação sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023.

Durante o Exercício Social de 2023, o CAE dirigiu sua atuação na revisão das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais relativas a 2023, incluindo os releases de resultados da Companhia. Discutiu, ainda, com a administração e com a Auditoria Independente, os temas mais relevantes, como os principais assuntos de auditoria e sistemas de controles internos. Além disso, acompanhou os trabalhos da Companhia quanto às temáticas de controles internos e SOX, contingências fiscais e não fiscais, provisionamentos, garantias, Auditoria Interna, Gestão de Riscos, *Compliance*, entre outros temas.

O Comitê de Auditoria da Sendas Distribuidora S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no seu Regimento Interno, procedeu a análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Interna, e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, julgam que as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2023. Assim, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Sendas Distribuidora S.A.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

Luiz Nelson Guedes de Carvalho - Coordenador
Andiara Pedroso Petterle
Heraldo Gilberto de Oliveira
Guillermo Braunbeck

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sendas Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS no valor de R$1.085 milhões, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente de ICMS a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura de ICMS a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis e aplicação de regime especial obtido pela Companhia na apuração de ICMS para certos estados da Federação.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação estadual de ICMS e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros de ICMS a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado e por questões relacionadas aos regimes especiais e potenciais mudanças nas legislações estaduais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários de ICMS e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões e contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 17.1 e nº 17.4 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Baseada em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria registrou provisões no montante de R$62 milhões. Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R$2.173 milhões em 31 de dezembro de 2023, para os quais não foi registrada provisão. Deste valor, R$1.494 milhões é sujeito a reembolso pelo antigo controlador da Companhia, conforme acordo de separação celebrado entre as partes.

A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudência aplicável, que requer um alto grau de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a identificação e avaliação de processos administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados a contingências tributárias.
- Efetuamos a leitura e entendimento do acordo de indenização celebrado pela Companhia com os antigos controladores.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, que incluíram:
  - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos da Companhia.
  - Desafiamos a avaliação da Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
  - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Eduardo Franco Tenório
Contador
CRC nº 1 SP 216175/O-7

Deloitte.

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 956:15741872
Data/Hora da Assinatura: 21/02/2024 | 23:32:05 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/